

“PROBLEMAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS NA VISIBILIDADE DA
REGIÃO E DO REGIONALISMO”
A ESCALA BRASILEIRA EM QUESTÃO

Iná Elias de Castro

Prog. Pós -Grad. Geografia, U. F. R. J.

A discussão do tema proposto será feita a partir de três abordagens: 1 conceitual e metodológica, refere-se à questão mais geral dos paradigmas subsumidos nos diferentes modos de ver a região e ao problema da escala, pensada como exercício epistemológico de integração, superado a raciocínio analógico com a cartografia; 2 histórica, aborda sucintamente as razões das dificuldades para que o tema regionalismo faça parte de pauta acadêmica brasileira; 3 empírica, analisa as possibilidades do discurso político para construção e utilização da identidade regional no país.

O objetivo desta “démarche” é retomar o tema região, como base territorial do regionalismo no nível nacional, tentando superar os impasses metodológicos que os paradigmas científicos clássicos e as diferentes perspectivas acadêmicas lhe impuseram, incorporando a esta temática o problema do regionalismo, definido como um movimento político de base, necessariamente, regional.

1. PROBLEMAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

1. 1. O problema do paradigma

Segundo Thomas Khun, toda ciência se funda a partir de um modo de conceituação capaz de criar unanimidade, ou seja, um paradigma. Trata-se de uma maneira comum de ver as coisas, de apresentá-las o que permite explicar a maior parte dos resultados das experiências ou das investigações.

A criação e o aprendizado de um paradigma se dá como uma conversão. A conversão é uma ruptura. Ela transforma irreversivelmente a abordagem, e modo de argumentar. É uma aprender a “ver como”, apertilhar as mesmas evidências, a reconhecer do mesmo modo e que é “portador” (ou significante) de informações e o que é apenas “ruído” insignificante.

O paradigma distingue-se, portanto, por seu poder explicativo, pelo número de problemas tratáveis, pelo número de questões resolvidas, o que promete progresso rápido e acumulativo no conhecimento.

Estabelecendo os limites da discussão consideramos os paradigmas subjacentes à perspectiva regional, os seus limites. Primeiro, o paradigma da ciência clássica define sua inteligibilidade a partir de uma causalidade explicativa e da regularidade lógica dos processos, tendo como ambição maior suposição (ou certeza mesmo) de que seria possível estabelecer uma única teoria fundada na razão explicativa do funcionamento do Universo e do comportamento da humanidade, em todas as suas dimensões e escalas.

Outra suposição fundamental do paradigma clássico é que o conhecimento científico tem por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos, a fim de revelar a ordem simples que eles obedecem. A complexidade do real é apenas aparência. Fenômenos complexos, quando submetidos suas partes mais simples.

Porém a micro- física, a micro- biologia e termo- dinâmica têm subvertido a possibilidade de simplificação e de clareza objetiva. A incorporação do caso, do paradoxo, da dialógica são hoje fundamentais aos avanços nestes campos.

O paradigma clássico, em essência determinista e generalizante, guiou as pesquisas geográficas, tanto a través da sua vertente positivista como da dialético- materialista. Ambas trouxeram avanços e problemas para a pesquisa regional.

No vertente positivista, o primado da disjunção e da redução do complexo a simples essa escala como ponto de partida metodológico, valorizando a indução e minimizando as possibilidades da educação. No vertente materialista, a determinação da base material, “Em última instância, num bem estruturado edifício teórico- metodológico, no qual a totalidade impunha-se eliminou as possibilidades explicativas da escala regional, impondo a educação a partir de um construto teórico que não deva espaço às singularidades e às particularidades.

De modo temático, cada vertente privilegiava uma escala geográfica: regional na primeira e planetária na segunda. A escala era subsumida, mas não tratada como um problema conceitual ou metodológico básico, o que armou duas armadilhas metodológicas para a Geografia: a perspectiva lablachiana, a mais influente na primeira vertente, aprisionou a escala planetária, submetendo-a à regional; a perspectiva materialista aprisionou a escala regional, submetendo-a à planetária.

Na primeira, a região era abordagem fundamental do método geográfico, todos os fenômenos podiam ser percebidos e explicados nessa escala. Na segunda nenhuma causalidade ou plausibilidade explicativa era reconhecida nessa escala; a região tornou-se um epifenômeno ou mesmo um “mot vide” (como declara Roger Brunet).

Em síntese, qualquer que fosse o conceito da região aceito subsumia algum incômodo. Na perspectiva positivista a redução do método geográfico à região, sem uma estrutura lógica - dedutiva consistente, confinou a disciplina a um forte provincianismo acadêmico. Na perspectiva da Geografia Crítica a aceitação de qualquer determinação ou mesmo de explicação do nível regional era contraditório com uma estrutura teórica de seus argumentos.

A perspectiva regional enfrentava pois a dilema da na cientificidade ou da morte. Com o domínio intelectual do materialismo na Geografia a segunda opção foi vitoriosa. A região aqui pode ser vista como o cachorro do paradoxo de Niels Bohr “para estudar todas as interações que mantém vivo o organismo de um cachorro, é preciso mata o cachorro”.

A reação romântica de corrente humanista trouxe um novo alento para as preocupações regionais, mais o dilema fundador da dúvida sobre a sua cientificidade não foi de todo resolvido. As perspectivas do “espaço vivido e da Etnografia introduziram, paralelamente, uma questão chave sobre a escala de validade ou adequação de seus supostos básicos.

1.2. Em busca de um novo paradigma- ou as possibilidades da complexidade:

A crescente importância da escala planetária na organização da economia, das finanças, das redes de poder tem, paradoxalmente, reforçado a importância das decisões nas escalas regionais e locais. O recrudescimento dos nacionalismos, regionalismos obriga-nos a encarar novos problemas e novos aparatos conceituais para a pesquisa regional.

Re- problematizar a região, como objeto de pesquisa requer; a superar postulados deterministas e simplificadores; b. incorporar, como questão central, a complexidade dos fenômenos; com considerar a escala como problema fenomenológico e não matemático.

A Geografia não está só em seus impasses. Como foi sugerindo no início, o delineamento de um novo paradigma é, desde as primeiras décadas do nosso século, um problema de ciência e não de uma disciplina particular. Os avanços da micro-física e da biologia molecular apontam para um paradigma que, superando limites deterministas e mecanicistas, incorpora o acaso (não reduzido à contingência); a auto-organização (não simplificada pelo afeito do black-Box); a irreversibilidade do tempo e da escala; o paradoxo; o raciocínio dialógico. Trata-se de um paradigma, já sugerido por Bachelard em 1934 e retomando nas últimas décadas por Edgar Morin, que supõe um real complexo, em oposição ao paradigma clássico, que partia da premissa de que a complexidade do real era apenas sua aparência e que fenômenos “aparentemente complexos” poderiam ser reduzidos às suas partes simples. Para aqueles autores, enfrentar a complexidade do real significa confrontar-se com os paradoxos da ordem/desordem, da parte/todo, do particular/geral, do um/múltiplo.

1.3. O problema da escala

A complexidade do real remete forçosamente, conceito de escala e à referência fundamental entre fenômeno e “pertinência da medida”. Para Philippe Boudon “a utilização de uma escala exprime uma intenção deliberada do sujeito de observar seu objeto”. E, pois possível falar de uma dimensão fenomenológica da escala, do ponto de vista de percepção. As diversas escalas supõem campos de representação a partir dos quais é estabelecidas a pertinência do objeto, mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência do sentido atribuído ao objeto definido pelo campo de representação, ou “tableau visuel” de Merleau- Ponty”.

Outra consideração, aparentemente paradoxal é que escala não existe como medida, por que ela não fragmenta, mas pelo contrário, integra. El confere sentido ao real percebido porque informa a realidade que nele existe. Daí importância de cada território, que, independentemente da nossa visibilidade, contém o real. Os recortes, quaisquer que sejam, serão sempre deliberados, embora o olhar possa equivocar-se.

Portanto, perceber a escala como “pertinência da medida” requer um exercício conceitual para dar sentido às possibilidades concretas de olhar a realidade. O exercício matemático para a representação gráfica no espaço é complementar diferente das possibilidades da escala como “unidade de concepção” na qual se incorpora a realidade, que é multi-escalar.

A escala, portanto, só é problema epistemológico enquanto indicadora de conteúdos para análise, por que enquanto medida de proporção, ela é um problema matemático. Nesse sentido cada recorte espacial é pertinente, por que continente de unidades de concepção, que colocam em evidência relações, fenômenos, fatos, como um modo de aproximação do real. Nessa aproximação há uma fragmentação apenas aparente, na qual cada objeto percebido possui o mesmo valor, porque cada uma faz parte do conjunto do qual ele se destaca, apenas como uma projeção particular. “O real estará sempre entre eles, atrás deles”.

1.4. Que tem medo da região?

Como já foi indicado acima, há um claro paradoxo entre a planetarização das relações econômicas, financeiras e de poder e o fortalecimento das disputas políticas que ocorrem em escalas muito diferentes. Paralelamente a noção de território, enquanto morada de uma sociedade particular. Parece que o conceito da território ampliou-se, incorporando a perspectiva do recorte também sócio-cultural, para subsistir o conceito de região, cada vez mais incômodo.

A corrente da geografia Humanística ao mesmo tempo que resgatava a dimensão regional, valorizava a tradição, repetindo o traço característico da reação romântica ao mecanicismo iluminista, criava novos incômodos políticos e ideológicos. Deve ser lembrado que, nas últimas décadas, a imposição da escala planetária nas relações supra- nacionais para a constituição de novas solidariedades econômicas e de poder organizado e sustentado nas escalas regionais. Região e regionalismos são vistos quase como sinônimos de tradição, folclore, provincianismo e, principalmente, conservadorismo.

Por todos os impasses conceituais e metodológicos indicados, a dimensão regional dos fenômenos deixou de ser um problema para uma parte importante da comunidade geográfica. Há também razões políticas, como é, certamente, o caso de Roger Brunet que considera a região “um mot vide”, e acredita que o sucesso da nova Europa depende tanto da redução das barreiras econômicas e políticas, como também barreiras emocionais, dos territórios regionais.

Ainda na França a recentemente editada *Geographie Universelle* não possui capítulo, ou mesmo sub- capítulo dedicado à região. O tema é mencionado no

item relativo às escalas. Polemizando sobre o termo região, é proposto substituí-lo por “contrée”, cuja etimologia designa “um espaço diferente”. Vem de “contre” (contra), “op- pose” (op- posto), “im-médiate” (imediato), isto é, colocado em frente, sem mediação. Os autores da Geographie Universelle caíram na mesma armadilha de Ann Markussem que propôs substituir o termo região por regionalismo, transferido para o segundo uma aceção que nunca deixou de existir no primeiro.

Como problemas conceituais e metodológicos não se reduzem a um “jeu de mots”, supomos que a região, constituída pelas práticas sociais em um território, está longe de ser esgotada, mesmo que estas práticas sejam definidas por pertencimentos simbólicos pluriescalares.

Qualquer que seja a disciplina ou a “démarche” conceitual, é evidente que novas possibilidades se abrem às investigações de base regional. Seguindo Augustin Berque, em sua reflexão sobre a fenomenologia da relação homem/ natureza, o fim de era das certezas inaugurada pela ciência moderna permite afirmar que o regional, o vernacular, os particularismos deixam de ser posseistas, eles emergem ao atual e reivindicam o futuro.

Também Yves Lacoste, que na década de 70 denunciou como “conceito obstáculo” a região lablacheliana, dirigiu-nos em 80 os três volumes da “Géopolitiques das regiões francesas”, em que as regiões são espaços políticos concretos por excelência. A utilização do termo de geopolítica indica o valor estratégico do espaço regional para a definição do espaço nacional...

A realidade, que é complexa, colocamos diante do particular que se articula com o geral, da unidade contida no todo e do singular que se multiplica. Problematizar o espaço geográfico é considerar estes paradoxos. Refletir sobre seus conteúdos simbólicos e materiais possibilita responder a questão de como se forjam desigualdades a partir da articulação do espaço da função política com outras dimensões do espaço da sociedade.

Nesta década, o retorno ao individualismo, a existência de múltiplas escalas das relações de poder, o aparecimento de novas estratégias de relações centro periferia, os novos arranjos espaciais e de solidariedade propiciadas pelas mudanças tecnológicas, o fortalecimento dos poderes regionais e locais como novos interlocutores nas relações supranacionais, a valorização do meio ambiente nas escalas planetária e do cotidiano, reclamam da Geografia um novo olhar para o território regional, não apenas como uma engrenagem de uma totalidade impositiva, mas como um conteúdo signifiante.

2. UNIDADE TERRITORIAL BRASILEIRA E AS DIFICULDADES PARA ACEITAÇÃO DAS MEDIAÇÕES TERRITORIAIS

O tema regionalismo é ainda pouco reconhecido pela comunidade acadêmica do país. Consideramos que esta indiferença deve-se mais à herança de um imaginário da unidade e da identidade nacionais do que falta de relevância do problema.

Este imaginário tem origem no mito fundador do Estado no Brasil, atribuído à estratégia colonial portuguesa da conquista territorial. Esse mito estabelece que unidade territorial é uma herança, ou seja, uma realidade evidente e não um artefacto político a ser construído e preservado pelo Estado Nacional (Machado, 1990).

No momento da independência o território brasileiro era um desenho no mapa, não havia fronteiras definidas por acordos internacionais que garantissem a soberania sobre o território. No entanto, em nome dessa unidade territorial todos os movimentos de caráter regional eram sufocados, mesmo que os que não tenham reivindicados separatistas: no período colonial em nome da integridade do Império; após a independência para preservar o mito fundador da herança territorial.

A identidade nacional fundada na extensão territorial, que estabelecia a legitimidade da fé no destino do grande potência, e a unidade lingüística e religiosa, que fornecia as base da legitimidade da integração territorial, tornavam qualquer diferença entre brasileiros de diferentes áreas do imenso território um tema para estudos sobre o folclore, e dificilmente uma questão que pudesse ter qualquer conteúdo analítico mais consequente. A unidade territorial e social constitui, para muitos ideólogos do Estado brasileiro, a base necessária da coesão social garantida pela adesão ao pacto da nacionalidade.

Na realidade, a história da formação territorial no país se fez com a acomodação política das oligarquias regionais através de sua participação, direta ou indireta, no governo central. Para Lisa Machado, no período pós-independência nenhuma das regiões tinha força econômica ou política suficiente para assegurar, por si só ou em aliança, o domínio do Estado. A autora indica ainda que o governo central argumentava a necessidade de reprimir eventuais sucessões territoriais para garantir uma política de unidade territorial e, conseqüentemente, a unidade política.

No Século XIX a Geografia nasce no Brasil vinculada à História e tem como função desenvolver um conhecimento sistemático sobre o território, para estabelecer as bases da construção da nacionalidade. Início do Século XX a primeira divisão regional do Brasil tomou por base as diferenças naturais. Mais do que uma tradição naturalista da Geografia neste período, parece que os olhos dos brasileiros responsáveis pelo “desenho” de território nacional só eram capazes de perceber as diferenças significativas abalar o mito consagrado da unidade territorial como suporte da unidade política e da coesão social do nacionalismo.

3. DESVENDANDO O MITO O REGIONALISMO NORDESTINO

As diferenças regionais no Brasil são visíveis e as expressões particulares do regionalismo também, embora as pesquisas, pouco numerosas, privilegiem os casos mais evidentes como o Rio Grande do Sul e a Região Nordeste. É esta última que queremos explicitar pela importância nacional de sua identidade regional.

O regionalismo é a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou ao próprio Estado. Este é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial. Trata-se, na realidade, de uma mobilização política em torno de questões e interesses de base regional, embora sua idéia-força possa ser, a quase sempre é, explicitada como uma defesa da sociedade regional.

O regionalismo supõe ainda identificação e coesão internas a competição externa para defesa de padrões, preservação ou obtenção de condições mais vantajosas. Portanto, como o território é a base fundamental para o exercício da soberania, qualquer Estado-Nação possui nível de tensão regional, latente ou manifesto.

A base territorial para expressão do regionalismo é, necessariamente, a região. Esta se define a partir das relações do homem com o meio e com seus símbolos. A elite se apropria desses símbolos, reelaborando-os ideologicamente na identidade regional, conferindo visibilidade e valor simbólico aos traços singulares da sociedade local como: tipo físico, sotaque, terminologia, hábitos, etc... e na utilização desses aspectos simbólicos como um recurso político que se estrutura o poder local. O território passa a ser tratado como sujeito do processo açórico, substituindo, e reduzindo a visibilidade, das relações sociais, que se diluem nos problemas territoriais.

O regionalismo nordestino é exemplar do quadro conceitual esboçado acima. Sua visibilidade se dá no parlamento político de representação nacional, onde os discursos da sua classe política revelam a transparência de seus instrumentos e argumentos, constituindo um indicador do processo de "construção regionalista".

O levantamento dos temas de discursos, pronunciados por Deputados Federais de estados nordestinos entre 1946 e 1985, revelou questões e apontou pistas interessantes (Castro, 1989). Duas fortes características são evidentes no tema identificado: sua maior coerência com o perfil dos representantes do que com o dos, supostamente, representados; seu conteúdo reivindicatório e queixoso.

Considerando que quadros nordestinos nunca deixaram de ocupar postos de poder em todos os níveis do governo, a segunda característica indicada acima merece ser melhor analisada. Há em quase todos os discursos estudados alguma forma de reivindicação de recursos para a região. Seja mediante solicitação de investimentos, ou de créditos preferenciais, ou subsídios à produção local. Esses reclamos são respaldados por um amplo leque de críticas ao descaso do Governo Federal para com os problemas regionais, tais como: seca, pobreza, descapitalização, colonialismo do centro-sul, devastagens de lavoura comercial regional, etc.

Na utilização do território regional como questão central, tanto econômica como social e política, são obscurecidos os conflitos sociais internos e suas condições de existência e continuidade. Esta estratégia pode ser percebida na forma como a elite política que é também elite econômica, define sua

identidade regional, colocando-se no mesmo nível de toda a massa nordestina, tratando a sociedade regional como um todo são igualmente vítimas de condições naturais e históricas perversas.

A compreensão do regionalismo, enquanto processo de identidade e de diferenciação sócio-espacial, se faz, necessariamente, a partir da atividade política, em sua diferentes nuances. Como as disparidades regionais não são casualidades e como a classe dirigente jamais é inocente, o conteúdo temático dos discursos parlamentares permite afirmar que, naquela região, esta classe tem sido historicamente beneficiária das suas condições estruturais.

Para melhor balisar a afirmação acima, convém lembrar que Região Nordeste destaca-se do conjunto brasileiro como o território que menos alterou suas condições sociais, tendo sido, neste século, o “locus” privilegiado da pobreza nacional, além apresentar a pior concentração de renda do país e os piores indicadores sociais. Esta é também a região onde, desde a década de 20, houve maior redução do tamanho médio das menores propriedades agrícolas e a única (excecutoando as regiões que eram fronteiras agrícolas) que conseguiu recuperar, nas décadas de 60 e 70, o tamanho médio de maiores propriedades. Com relação às finanças públicas, a região tem recebido uma parcela do “bolo” nacional sempre maior do que aquela com a qual ela contribui. Paralelamente, a região apresentou, em vários indicadores econômicos, taxas de crescimento que acompanharam, ou mesmo superaram, as médias nacionais, indicando as concretas possibilidades da sua economia em diferentes setores.

Na arena, a região possui também sua especificidade, ou seja, o tradicional apoio que seus representantes dão às colisiones no poder do Estado, sejam elas autoritárias ou democráticas. Ressalvando-se os momentos em que bandeiras de luta como: reforma agrária ou redução de subsídios fazia parte da agenda política.

Deve ser esclarecido, porém, que o leque de questões que configuram o regionalismo nordestino é bem anterior à criação da SUDENE, que, certamente, refletiu e reforçou a essência daquele regionalismo, embora não tenha sido essa a opção de seus idealizadores. A crescente expressividade da “região” como recurso de oratório dos parlamentares nordestinos enseja a reflexão sobre a relação entre sociedade e a política em espaços delimitados administrativamente e que são organizados de forma relativamente autônoma pela elite local. Como cada sociedade constrói o seu espaço, o território regional espelha as forças dominantes nesse processo. Estas se impõem na definição dos traços estruturais mais marcantes e, conseqüentemente, na sua preservação.

Finalmente, as velhas formas da inteligibilidade não respondem hoje aos diferentes planos da realidade. A região e o local, por sua vez, são objetos empíricos que nos tornamos progressivamente em “campo experimental”. Tomando esse fio condutor, a região será justamente uma verdadeira “estrutura- sujeito na relação histórica do homem com seu território”.

Portanto, a complexidade dos espaços contemporâneos, com suas articulações a través de fluxos e de redes, requerer um novo olhar capaz de visualizar novos fatos que nos permitam compreender a realidade, projetada em deferentes escalas e que se reflete em cada uma delas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BERQUE, agustín, Médiance de milieux em paysages. Montpellier, GIP/RECLUS, 1990.

BRUNET, Roger. Lê territoire dans lês turbulences. Montpellier, GIP/RECLUS, 1990.

_____ (Diretor). Geographie Nouvelle. París, Hachette/Reclus, 1991.

CASTRO, Ina Elías de Política e território. Evidências de prática regionalista no Brasil. DADOS, 32(3): 389-404, Rio de Janeiro, 1989.

_____ O mito de necessidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

KHUN, Thomas. La structure dès révolutions scientifiques. París, 2ª ed. La Découverte, 1985.

MORIN, Edgar. Science avec conscienc. París, Fayard, 1982.

MERLEAU-PONTY, ML L e visible et l' invisible. París, Galiard, 1964.

MACHADO, Lia Osorio. Artificio político en el origen de la unidad territorial de Brasil. In: CAPEL, H. (Coor.) Los espacios acotados. Barcelonas, PPU, 1990.